



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE
Identificação: GERAL A5
Data: 03/10/2012

FHS teria dito que não deve nenhum centavo a Transurh

Diretor da Fundação Hospitalar de Saúde teria admitido que deve a outros fornecedores

Ea novela do suposto Mensalão sergipano continua. Na manhã de ontem, o diretor-geral da Fundação Hospitalar de Saúde, José Lima, durante entrevista concedida a uma emissora de rádio da capital teria admitido que a FHS deve, sim, R\$ 45 milhões – e não R\$ 90 milhões, conforme foi veiculado em alguns veículos da imprensa – a fornecedores e prestadores de serviços daquela entidade.

De acordo com o deputado estadual Augusto Bezerra (DEM), que também participou da entrevista no rádio, José Lima teria afirmado que foi realizada uma auditoria interna responsável por levar a direção local a concluir que a FHS não deve valor algum à Transurh – empresa que presta serviço a vários órgãos do Estado de Sergipe, e que está sob a mira da Procuradoria Geral do Estado (PGE), que recentemente ajuizou uma ação, contando com a assinatura de 30 procuradores, em desfavor da FHS e da Transurh.

A diretoria-geral da FHS teria confirmado a realização da auditoria interna, em todos os contratos da Transurh, e acrescenta que no relatório conclusivo da comissão, nenhum débito em atraso com a empresa foi identificado. “É importante ressaltar que informações extraídas da Auditoria foram encaminhadas ao Ministério Público (MP), contribuindo, assim, com os demais órgãos de controle externo”, diz parte da nota enviada pela FHS ao jornal Correio de Sergipe.

Na mesma ação da PGE, o Banco do Estado de Sergipe (Banese) aparece como instituição bancária que seria responsável por efetivar um empréstimo em alto valor à Transurh, contando com a intermediação da FHS. “A pergunta é: como foi que R\$ 8 milhões teriam sido empresta-



Até o proprietário da empresa quer saber do paradeiro do dinheiro”

Venâncio Fonseca |
Deputado estadual

dos a uma empresa prestadora de serviços ao Estado, utilizando-se de recebíveis da FHS?”, questiona o deputado Augusto Bezerra.

• Título podre

Já o deputado Venâncio Fonseca (PP), que também participou da entrevista na manhã de ontem, acrescenta que o suposto empréstimo em questão foi feito pela Transurh mediante “a garantia de um título podre”, termo usado para indicar que nenhuma garantia existe sobre o valor emprestado.

“Não conheço, entre os grandes empresários sergipanos, algum que tenha tomado emprestado um valor tão alto como teria ocorrido com a Transurh. E olhe que esses empresários que cito teriam perfeitas condições de dar uma garantia sólida ao banco. Mas, segundo os procuradores da PGE, a Transurh teria conseguido um empréstimo alto, de forma bem facilitada”, destaca Venâncio Fonseca.

Fonseca acrescenta que, durante entrevista concedida à imprensa, o dono da Transurh teria chegado a admitir que esse alto valor que vem sendo questionado chegou a entrar em sua conta, saindo dela automaticamente. “Como se pode ver, até o proprietário da empresa quer saber do paradeiro do dinheiro. Isso é de uma gravidade imensa, envolvendo uma instituição financeira, uma fundação do governo e uma empresa contratada por esse mesmo governo. Sem falar que estão mexendo com dinheiro público. O povo quer saber onde esse valor foi parar”, diz o deputado.

• Padrinho

Diante da gravidade do problema, Venâncio Fonseca arrisca um palpite. “Para que uma empresa como essa tome emprestado um valor tão alto do Banese com esse tipo de garantia pode ter certeza de que há padrinho por trás de tudo, e o Banese precisa esclarecer essa situação, afinal, quando um funcionário público vai fazer um empréstimo para comprar uma casa, por exemplo, existe tanta dificuldade. Por que, então, uma empresa assim consegue um empréstimo tão alto, com a garantia de um título podre?”, questiona o parlamentar.

Procurado pela reportagem do Correio de Sergipe, o secretário de Estado do Desenvolvimento e Tecnologia, Saumíneo Nascimento, então diretor do Banese no período que consta nas denúncias da PGE, ratifica, integralmente, a nota emitida pela diretoria daquela instituição bancária:

“O Banese pratica suas operações de crédito à luz da boa técnica bancária e dos normativos legais atinentes à espécie, possuindo, ainda, obrigação de resguardar o sigilo bancário de seus clientes e de suas

operações. O Banese, por suas condutas e práticas comerciais, constituiu-se em referência no Sistema Financeiro Brasileiro, conforme fartamente demonstrado nas diversas avaliações positivas que tem recebido das empresas de análise e classificação de risco das Instituições Financeiras em nosso país”, diz a nota.

• Nenhuma notificação

A FHS assegura que até a presente data não foi notificada judicialmente a respeito da petição dos procuradores, e que após essa notificação continuará contribuindo com as informações que se fazem necessárias, bem como esclarecendo as medidas administrativas que se encontram em andamento. Quanto ao questionamento de atraso de pagamento de salários dos funcionários da Transurh, a FHS, mediante acordo celebrado com o Ministério Público do Trabalho (MPT), vem depositando os salários diretamente na conta dos funcionários, além de ticket alimentação e vale transporte, até o 5º dia útil de cada mês.

Outra medida tomada pela FHS foi a abertura de duas licitações: uma para a contratação de pessoal, que se encontra em fase final, e uma segunda, para higienização, ainda em andamento. “As medidas estão sendo adotadas de forma responsável para não termos nenhum problema de descontinuidade dos serviços e respeitando os interesses dos trabalhadores. Quanto às dívidas da Fundação, existe, sim, um passivo, e negociações estão sendo feitas para diminuirmos esses efeitos. Quanto à prestação de contas, esclarecemos que prestamos contas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e aos órgãos de controle externo”, diz a nota enviada pela FHS.